

# ESTADO DO CONHECIMENTO NO REPOSITÓRIO DA UFFS: EM FOCO A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Roseli Marisa Aschidamini<sup>1</sup>  
Silvania Regina Pellenz Irgang<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente artigo tem como tema Estado do Conhecimento no repositório da UFFS: em foco a Avaliação na Educação Infantil. Ele consiste em conhecer e analisar as produções acadêmicas publicadas no Repositório Digital da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), de 2015 a 2021, com o intuito de apresentar as problematizações elencadas nas pesquisas e os resultados alcançados sobre a avaliação no campo da Educação Infantil. A avaliação é fundamental nos processos de gestão escolar e na aprendizagem das crianças, pois revela as concepções que a escola e seus sujeitos compartilham. A avaliação na especificidade da Educação Infantil refere-se ao acompanhamento das práticas, vivências, aprendizagens e desenvolvimento das crianças, sem quantificação de resultados. A metodologia da pesquisa é qualitativa de cunho bibliográfico e documental. A pesquisa justifica-se pela importância de um debate emancipatório e democrático, como resistência a processos padronizados e homogêneos destinados à avaliação. Na fundamentação teórica, Hoffmann (2012), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009), Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil (2017), Morosini; Fernandes (2014) contribuem no desenvolvimento da pesquisa. A análise foi realizada com produções acadêmicas (dissertação, artigos científicos, TCC) e os resultados da pesquisa apontaram que a avaliação na Educação Infantil tem, nos documentos legais, suas normativas, mas a discussão precisa ampliar-se não só entre professores, como também entre gestores. A documentação pedagógica é vista como possibilidade para as avaliações na Educação Infantil desde que também seja entendida como processo reflexivo do próprio trabalho pedagógico do professor.

Palavras-chave: Educação Infantil; avaliação; Estado do conhecimento; UFFS.

## ABSTRACT

This article has as its theme the State of Knowledge in the UFFS repository: in focus the Assessment in Early Childhood Education. This consists of knowing and analyzing the academic productions published in the Digital Repository of the Federal University of Fronteira Sul (UFFS), from 2015 to 2021, in order to present the problems listed in the researches and the results achieved on the evaluation in the field of Early Childhood Education. Assessment is fundamental in the processes of school management and in children's learning, as it reveals the conceptions that the school and its subjects share. The assessment in the specificity of Early Childhood Education refers to monitoring the practices, experiences, learning and development of children, without quantifying the results. The

<sup>1</sup> Professora de Educação Infantil na EMEI Barão do Rio Branco, Erechim-RS. Pós-graduanda na Especialização em Gestão escolar: coordenação, direção e supervisão escolar. Pós-Graduada em Docência na Educação Infantil pela FAE (Faculdade Anglicana de Erechim). Pedagoga pela Universidade Federal da Fronteira Sul UFFS campus Erechim. E-mail: rosellaschi@hotmail.com

<sup>2</sup> Orientadora. Professora Assistente na Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim. Mestre em Educação. E-mail: silvania.irgang@uffs.edu.br

research methodology is qualitative, bibliographic and documental in nature. The research is justified by the importance of an emancipatory and democratic debate, such as resistance to standardized and homogeneous processes aimed at evaluation. In the theoretical foundation Hoffmann (2012), National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education (2009), Common National Curriculum Base for Early Childhood Education (2017), Morosini; Fernandes (2014) contribute to the development of the research. The analysis was carried out with academic productions (dissertation, scientific articles, TCC) and the research results showed that the assessment in Early Childhood Education has its normative documents in legal documents, but the discussion needs to expand not only among teachers, but also among managers. Pedagogical documentation is seen as a possibility for assessments in Early Childhood Education, as long as it is also understood as a reflective process of the teacher's own pedagogical work.

Keywords: Early Childhood Education; assessment; State of knowledge; UFFS.

## **1 INTRODUÇÃO**

A avaliação é um tema sempre provocativo a reflexões e discussões tanto no âmbito macro como micro da educação. Em especial, neste artigo, apresenta-se uma reflexão acerca da avaliação na Educação Infantil, que ainda vem constituindo importantes problematizações no campo da educação da infância. Conhecer e identificar as pautas pesquisadas e publicizadas sobre o tema podem contribuir significativamente com a pesquisa na educação.

Os estudos e trabalhos realizados sobre avaliação durante a Pós-graduação em Gestão Escolar despertaram um grande interesse pelo assunto. Ao perceber a importância da avaliação e a necessidade de escolha do tema para o Trabalho de Conclusão de Curso, decidi por realizar este estudo, bem como tentar contribuir com essa temática na Educação Infantil, já que, durante a graduação, pouco tempo, tivemos para aprofundá-la. No âmbito da minha experiência profissional, que se estabelece há quatro anos na Educação Infantil, também percebo a necessidade de cuidado com o avaliar. Por entender a relevância dessa discussão no âmbito da gestão escolar que traz a avaliação como ponto relevante de processos democráticos, dialógicos e processuais é que escolho essa temática para desenvolver esta pesquisa.

A partir do que foi exposto e considerando que a Avaliação na Educação Infantil é um tema sempre provocativo e desafiador para os professores, este trabalho busca problematizar: Quais são as reflexões explicitadas nos trabalhos científicos publicados no Repositório da UFFS? Para isso, definiu-se, como objetivo geral, conhecer e identificar as discussões e reflexões sobre a avaliação na Educação Infantil a partir das produções científicas publicadas no Repositório da UFFS de 2015 a 2021. Este trabalho pode contribuir com outras produções científicas que venham a somar-se no âmbito da temática da avaliação na Educação Infantil.

Esta pesquisa insere-se na abordagem qualitativa da pesquisa em educação e tem, como método, a pesquisa bibliográfica e documental que apresentam, por meio do levantamento, da seleção e da análise, o material publicado a respeito do tema. A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p. 21)

O percurso investigativo proposto para esta pesquisa ficou delimitado pela pesquisa bibliográfica. Nas palavras de Gil (2002, p. 44), esta “é desenvolvida com material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Com a pesquisa bibliográfica, é possível compreender o que se tem produzido sobre um determinado tema por meio dos estudos e perspectivas analisadas.

Além da pesquisa bibliográfica, fez-se necessário uma pesquisa documental para conhecer onde e como a avaliação na Educação Infantil foi se consolidando e como é entendida nos principais documentos que amparam a Educação Infantil. Com a pesquisa documental, procurou-se ampliar os conhecimentos e analisar as orientações que tais documentos trazem a respeito da avaliação na Educação Infantil.

Além disso, escolheu-se o Estado do Conhecimento como processo de desenvolvimento do trabalho, em que se buscou conhecer e analisar aquilo que já foi produzido no Repositório Digital da Universidade Federal da Fronteira Sul, por graduandos e pós-graduandos, sobre o tema avaliação na Educação Infantil. De acordo com Morosini e Fernandes (2014), a construção do Estado do Conhecimento fornece um mapeamento de ideias já existentes, bem como possibilita apontar subtemas que podem ser ampliados e explorados, além de instigar a compreender os silêncios do tema de estudo.

A temática da avaliação é bastante complexa, fazer um recorte para a Educação Infantil, além de ser meu lugar de atuação, é tema polêmico da formação continuada e de estudos da gestão e dos professores na escola. Ela é essencial para acompanhar o desenvolvimento da criança e, principalmente, para contribuir com o professor no planejamento das aprendizagens e vivências. Toda a documentação pedagógica das crianças corrobora no sentido de olhar a criança no seu desenvolvimento.

Desse modo, o artigo apresenta, no primeiro momento, uma reflexão sobre a concepção de criança, a concepção de Educação Infantil e a concepção de avaliação na Educação Infantil no diálogo com autores(as) da área como Àries (1981), Rosemberg (1992, 2008), Khulmann Júnior (1998), Hoffmann (2000, 2012, 2013), dentre outros. Em seguida,

apresenta-se a avaliação no currículo da Educação Infantil na literatura e nos documentos nacionais. Por fim, apresenta-se a análise do Estado do Conhecimento sobre o tema, realizada no Repositório da UFFS e finaliza-se com as considerações finais.

## **2. A CRIANÇA, A EDUCAÇÃO INFANTIL E O CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.**

Para iniciar a reflexão sobre a avaliação na Educação Infantil, necessita-se, primeiro, conhecer o sujeito e seu contexto, ou seja, a criança de zero a cinco anos e 11 meses que participa da primeira etapa da educação básica: a Educação Infantil. Revisitar alguns conceitos sobre a história da criança e da infância torna-se necessário, pois os conceitos referentes à criança e à infância são culturalmente construídos. O entendimento de infância como temos hoje era inexistente até o século XVI. A partir dos séculos XVII e XVIII, como identifica Ariès (1981) em suas pesquisas, a infância foi construindo seu lugar e, ao longo dos anos, foi assumindo diferentes significados.

Para Carvalho (2003):

[...] A aparição da infância ocorreu em torno do século XIII e XIV, mas os sinais de sua evolução tornaram-se claras e evidentes, no continente europeu, entre os séculos XVI e XVIII no momento em que a estrutura social vigente (Mercantilismo) provocou uma alteração nos sentimentos e nas relações frente à infância (CARVALHO, 2003, p. 47).

Não se percebia um espaço para as crianças, elas eram vistas e tratadas na sociedade sem uma importância ou característica diferente dos adultos, eram compreendidas como adultos em miniatura e foi assim até o fim do século XVII. As crianças trabalhavam nos mesmos locais e usavam os mesmos modelos de roupas dos adultos. “A criança era, portanto, diferente do homem, mas apenas no tamanho e na força, enquanto as outras características permaneciam iguais” (ARIÈS, 1981, p.14).

Nesse contexto, a criança não era o centro das aprendizagens e nem sua dimensão educativa e pedagógica eram levados em consideração, mas os aspectos de formação do corpo. Naquele período, eram sinalizados os aspectos negativos de dependência e inexperiência, as características particulares não tinham nenhuma relevância.

A partir do século XVIII, as crianças começaram a ser reconhecidas, passaram a ter alimentação específica e adequada, tornaram-se importantes e a infância foi reconhecida como uma época da vida merecedora de orientação e educação.

Percebe-se que as concepções de infância foram sendo construídas e hoje já se fala de infâncias, no plural, em função dos olhares e contextos múltiplos, de modo que as crianças, sujeitos da infância, também são diversos, únicos em suas singularidades. De acordo com Rosemberg (2008), entender a criança como um sujeito de direitos foi:

o marco principal de toda mudança legal conquistada ao longo do tempo, mas antes dessa nomenclatura que a criança recebe muitas coisas aconteceram, muitas lutas e desafios foram travados na história para se chegar a uma Educação Infantil de direito (ROSEMBERG, 2008, p. 74).

Na Europa, segundo Rosemberg (1992), as instituições destinadas ao cuidado de crianças até seis anos de idade começou a surgir em vários países, do início até a metade do século XIX, com ideias e concepções de diferentes modelos de organização sobre o que fazer com as crianças enquanto ficavam nessas instituições. E essas instituições foram funcionando bem ou mal conforme a política de Educação Infantil e a compreensão predominante sobre o que era infância, assistência e escolarização no contexto da época. As instituições de Educação Infantil começaram a crescer quando parte da Europa industrializou-se.

De acordo com Kuhlmann (1998), no Brasil, as instituições destinadas à infância cresceram somente após a chegada da República, tendo início em 1889. O autor ainda pontua que embora existissem antes disso, o que se promovia eram tentativas de proteger a infância, fosse por motivação política, econômica ou religiosa.

Após mais de uma década de muitas lutas, debates e disputas políticas, o Congresso Nacional aprovou a Lei n. 4.024 de 20 de novembro de 1961, que trazia uma ampla reforma para a educação brasileira. Em seu texto, a criança de zero a seis anos aparece como sujeito do direito de receber educação, especialmente em escolas maternas e nos jardins de infância.

A Constituição de 1988 e a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), trouxeram avanços para a Educação Infantil. Pela primeira vez no Brasil, com a Constituição de 1988, reconheceu-se um direito próprio da criança pequena, o direito à creche e à pré-escola. Ainda na LDBEN, a nomenclatura Educação Infantil passou a ter forma mais favorável à criança pequena, reconhecendo-a como primeira etapa da educação básica, para o atendimento de crianças de zero a três anos em creches e de três a cinco em pré-escolas<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Recebe algumas alterações amparadas pela Lei n.º 12.796, de 2013, entre as quais a da faixa etária que, em 1996, compreendia as crianças de até seis anos e, em 2013, a educação infantil passa a ser destinada às crianças de até cinco anos de idade. Atualmente, a faixa etária está definida pela Resolução n.º 2, de 9 de outubro de 2018. Neste documento, define-se a data de corte de 31 de março conforme estabelecida nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Na LDBEN, consta que, na escola de Educação Infantil, “tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996, Art. 29). No sentido de dispor a Educação Infantil à sociedade, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069, de julho de 1990, em seu artigo 54, determina que o Estado tem o dever de oferecer atendimento em creches e pré-escolas para crianças de zero a seis anos.

Outra legislação importante no âmbito das políticas públicas para a Educação Infantil é a Resolução CNE/CEB 5/2009, de 18 de dezembro de 2009, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Esta contém concepções importantes de Educação Infantil, criança, currículo, proposta pedagógica, dentre outras. A partir desse documento, a Educação Infantil passa por um intenso processo de revisão de concepções sobre educação de crianças em espaços coletivos e de seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças pequenas.

Ainda no mesmo documento, destacam-se as orientações do trabalho pedagógico junto às crianças de até três anos em creches e como assegurar práticas junto às crianças de quatro a cinco anos, que promovam e garantam a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, sem antecipação de conteúdos trabalhados no Ensino Fundamental.

O currículo da Educação Infantil precisa atender as dimensões biológicas, cognitivas, sociais, culturais e lúdicas da criança em pleno desenvolvimento, como um sujeito de direito, vivenciando a infância em sua plenitude. Desse modo, o professor precisa ser um profissional que considere essas dimensões, bem como os dois eixos que devem ser vistos como centrais na Educação Infantil: o cuidar e o educar. Esses dois eixos, o cuidar e educar, são indissociáveis, pois envolvem áreas do conhecimento que andam juntas e que se complementam, sendo a base para as ações realizadas no dia a dia das instituições.

Ademais, de acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), os princípios norteadores de um currículo que atenda às especificidades de desenvolvimento biopsicossocial e histórico das crianças são:

- . O respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas;
- . O direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação, à interação e comunicação infantil;
- . O acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;

- . A socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- . O atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade (BRASIL, 1998, p.13).

A materialização desses princípios requer um trabalho intenso nas escolas de Educação Infantil. Construir um currículo condizente com o contexto escolar aliado àquilo que realmente é significativo para essa comunidade requer objetivos claros, autonomia, participação, reflexão, formação continuada e avaliação permanente. Ao dialogar sobre Avaliação no currículo da Educação Infantil, ainda se torna pertinente esclarecer sobre como se define o ser criança e como devem ser as práticas pedagógicas nessa primeira etapa da educação escolar.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), a criança é:

sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009, p.12).

As crianças constroem conhecimentos a partir de ações e interações com seus pares e com os adultos. Na etapa da Educação Infantil, as práticas do professor precisam ter, como base, as interações e as brincadeiras, experiências as quais possibilitarão aprendizagens significativas para o desenvolvimento de novas habilidades.

Essa contextualização fez-se necessária para entender por onde andou a Educação Infantil e como se pode olhar para a avaliação nessa etapa, entendendo-a como processo. A seguir, apresentam-se alguns conceitos acerca da avaliação e como está disposta na legislação para a Educação Infantil.

### **3. AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEITOS E PRECEITOS LEGAIS**

A avaliação de acordo com os documentos normativos requer muita responsabilidade e um olhar sobre as crianças que se reflita nas ações do cotidiano da Educação Infantil, auxiliando no desenvolvimento integral da criança. Desse modo, passa-se a apresentar, a seguir, as orientações legais para a avaliação das crianças na Educação Infantil, partindo dos conceitos de Hoffmann (2012) e seguindo com a Lei de Diretrizes E Bases Nacionais (LDBEN), Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil (DCNEIs), Referenciais Curriculares Nacionais de Educação Infantil (RCNEIs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).



Inicia-se a problematização sobre o avaliar com a seguinte pergunta: O que é avaliar? Pode-se dizer que é algo ou informações observadas, que poderão auxiliar na elaboração de um julgamento e que também contribuem para uma tomada de decisão sobre quem está sendo avaliado.

Hoffmann (2012, p.13) destaca que “avaliar não é julgar, mas acompanhar um percurso de vida da criança, durante o qual ocorrem mudanças em múltiplas dimensões, com intenção de favorecer o máximo possível seu desenvolvimento”. Pensando dessa forma, a autora, ao fazer a reflexão mostra que é necessário refletir sobre a avaliação mediadora, pois acompanhar é permanecer atento a cada criança, é ajudar em suas ações e interações, buscando entender os diferentes jeitos de ser e de aprender.

Ainda de acordo com Hoffmann (2012), é necessário ao professor conhecer as crianças, compreendê-las e acolhê-las nas diferentes formas de aprender, para que se consiga planejar e ajustar as ações pedagógicas.

Desse modo, com a intenção de desenvolver uma reflexão sobre a avaliação, questiona-se quais são os procedimentos indicados para registrar o percurso infantil nas escolas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, na seção II, referente à Educação Infantil, artigo 31, preconiza que: "(...) a avaliação por intermédio de acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o intuito de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental" (BRASIL,1996, p.17). Desse modo, é pertinente olhar o percurso da criança, interpretá-lo e documentá-lo.

Na Educação Infantil, é preciso organizar e prever “formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental” (BRASIL, 2009, p. 5). Assim sendo, propõe-se que seja uma avaliação formativa que mostre o percurso proposto pela escola.

Neste sentido, Hoffmann (2013) afirma que a avaliação na Educação Infantil pode dar subsídios para que os professores possam analisar e compreender melhor o desenvolvimento da criança: cognitivo, social e afetivo. Os objetivos da avaliação na Educação Infantil são analisar, observar e registrar as etapas percorridas pela criança como “uma prática investigativa e não sentenciva, mediadora e não constatativa. Não são os julgamentos que



justificam a avaliação, as afirmações inquestionáveis sobre o que a criança é ou não é capaz de fazer” (HOFFMANN, 2003, p.15).

Ao fazer todas essas afirmações sobre como avaliar na Educação Infantil, também é pertinente dizer que é esperado que os professores conheçam o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e a forma como o processo de avaliação efetiva-se, podendo, assim, identificar os instrumentos corretos para cada situação, finalidade e o que se deseja alcançar com as crianças. Ainda se torna necessário afirmar que a equipe gestora, ao observar que as avaliações não estão de acordo com o documento legal que rege as condutas avaliativas na escola, poderá intervir por meio de formações continuadas e estudos relacionados ao tema. Também o acompanhamento do trabalho educacional realizado na escola, junto com os professores, tem a finalidade de obter informações e levantar as necessidades para o desenvolvimento da equipe de professores.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010, p. 29) afirmam que “as instituições deste segmento devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação”.

Na Educação Infantil, para Hoffmann (2012, p. 82), “é de grande responsabilidade e importância, que cada avaliação seja de caráter processual e, visando sempre, a melhoria do objeto avaliado”. Ademais, é interessante que as escolas criem procedimentos tanto para a avaliação quanto para o desenvolvimento das crianças com acompanhamento do trabalho pedagógico, sem objetivo de classificação, seleção ou algo relacionado, garantindo a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano (BRASIL, 2009, p.18).

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), a observação e o registro são indispensáveis para fundamentar a prática do professor e mostram, por meio das particularidades de cada criança, uma visão integral da aprendizagem.

Além disso, a avaliação de acordo com o RCNEI (1998):

A avaliação é entendida, prioritariamente, como um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas e ajustar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças. É um elemento indissociável do processo educativo que possibilita ao professor definir critérios para planejar as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças. Tem como função

acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo. (BRASIL, 1998, v.1, p. 59).

Portanto, a avaliação deve ocorrer durante o processo de aquisição do conhecimento pela criança e auxiliar o professor em novas posturas para sua prática pedagógica.

O ato de avaliar, conforme a BNCC:

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções (BRASIL, 2017, p. 37).

Nesse contexto, torna-se necessário articular as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças com as propostas pedagógicas, ampliando os conhecimentos, experiências e potencialidades das crianças, promovendo novas aprendizagens. Essas aprendizagens precisam ter proximidade com as famílias, envolvendo o contexto familiar e escolar.

Tendo em vista a concepção de criança e como elas constroem seus conhecimentos, as práticas pedagógicas de Avaliação na Educação infantil estão articuladas aos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento que desafiam, convidam e provocam situações as quais possibilitam uma aprendizagem significativa de si e do mundo. Portanto, tanto as aprendizagens como as avaliações necessitam de intencionalidade.

Essa intencionalidade consiste na organização e proposição, pelo educador, de experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais (alimentar-se, vestir-se, higienizar-se), nas brincadeiras, nas experimentações com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com as pessoas (BRASIL, 2017, p. 36).

Ainda de acordo com a BNCC, o trabalho do professor:

Parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças (BRASIL, 2017, p. 39).

Cabe ao professor planejar situações de aprendizagem que propiciem o desenvolvimento das crianças, bem como observar e registrar como elas agem, reagem e interagem entre si, com os adultos, materiais e espaço. Essas práticas avaliativas podem ser realizadas por diversos registros e feitos em diferentes momentos, como: relatórios, portfólios,

fotografias, desenhos e textos, sempre sem intenção de promover ou de selecionar. Acrescente-se que os registros podem servir para:

[...] as informações contidas em relatórios, portfólios ou outros registros que evidenciem os processos vivenciados pelas crianças ao longo de sua trajetória na Educação Infantil podem contribuir para a compreensão da história de vida escolar de cada aluno do Ensino Fundamental. (BRASIL, 2017, p. 53).

Portanto, cabe ainda ressaltar que a avaliação não é para classificar a criança. Por isso, é essencial que os professores atuem como observadores do cotidiano, para planejar propostas pedagógicas que levem em conta as orientações nacionais e as necessidades de cada escola e seus sujeitos.

Visto isso, conceber o avaliar na Educação Infantil é contribuir com o aprimoramento e o desenvolvimento das crianças, bem como é um processo que compete ao professor refletir sobre sua própria prática pedagógica.

#### **4. ESTADO DO CONHECIMENTO: um percurso possível**

Uma metodologia recente no campo da pesquisa em educação, o Estado do Conhecimento é um instrumento importante, que auxilia o pesquisador para um maior aprofundamento de seus saberes, a partir dos trabalhos existentes sobre o assunto pesquisado. Desse modo, o Estado do Conhecimento proporciona uma “[...] visão ampla e atual dos movimentos da pesquisa ligados ao objeto da investigação que pretendemos desenvolver. É, portanto, um estudo fundamental para futuros passos dentro da pesquisa pretendida” (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p. 158).

O Estado do Conhecimento oportuniza ao pesquisador observar se a pesquisa é inédita ou não, e a busca por referenciais teóricos para fundamentar, além de identificar as contribuições e avanços encontrados pelas/os autoras/es e de divulgar e conferir maior visibilidade às produções existentes, como salientam Morosini e Fernandes (2014).

A organização desta pesquisa ocorreu pela seleção e leitura das produções científicas publicadas no Repositório da UFFS, entre os anos de 2015 e 2021. Esta é uma biblioteca na qual ficam publicados, arquivados e registrados os trabalhos acadêmicos de graduação e pós-graduação de todos os acadêmicos da UFFS.

Neste trabalho, procurou-se identificar, nas pesquisas publicadas, os assuntos discutidos em relação à avaliação e como ela se estabelece na Educação Infantil. Para isso, o levantamento dos dados foi organizado a partir de um quadro de sistematização das

informações das produções encontradas, elencadas em: ano; autor; categoria da produção científica; título; palavras-chave; objetivos; metodologia; resultados; conclusões.

A partir desse quadro, foi possível sistematizar informações de três (3) produções científicas encontradas no Repositório da UFFS de 2015 a 2021. Os trabalhos selecionados com o assunto “avaliação na Educação Infantil” foram: Um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Pedagogia UFFS – *Campus* Erechim, no ano de 2015. Um artigo científico de conclusão de curso de pós-graduação lato sensu em Gestão escolar: coordenação, direção e supervisão escolar. E uma Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação, UFFS- Erechim, no ano de 2018.

#### **4. ANÁLISE DOS DADOS**

Por meio dos trabalhos pesquisados, o que se deu por meio do Estado de Conhecimento, foi possível construir duas categorias de análise. De forma que os assuntos que se destacaram foram: (a) As concepções de avaliação na Educação Infantil. (b) A documentação pedagógica como proposta de avaliação na Educação Infantil.

##### **4.1 As concepções de avaliação na Educação Infantil**

As concepções de avaliação são extremamente importantes para que se possa conhecer e compreender as possíveis maneiras de avaliar na Educação Infantil. As pesquisas encontradas no Repositório da UFFS apresentam essa discussão e oportunizam uma reflexão bastante significativa aos profissionais e gestores que atuam na escola de Educação Infantil.

O TCC de graduação, da autora Vânia Oliveira Dal Bosco, com o título “Avaliação na educação infantil: a invenção da criança nos pareceres da educação infantil” (2015), traz, primeiramente, um levantamento das pesquisas realizadas no âmbito da avaliação, dando continuidade à apresentação da legislação e, por fim, a análise de alguns pareceres descritivos e das entrevistas que são realizadas com os pais no início do ano letivo.

Nesse trabalho, Dal Bosco (2015) afirma que a avaliação é um processo diário de observação e registros. A observação pode ser realizada individualmente ou em grupo. Os registros darão subsídios para avaliar, contribuindo para a reflexão e auxílio na produção dos pareceres descritivos. Ainda de acordo com a autora, a avaliação não é um esquema descritivo, mas um comprometimento de observar diariamente, articular as atividades e fazer anotações para acompanhar as evoluções e as dificuldades, relacionando imagens como dispositivo desse processo de aprendizagem.

Nessa perspectiva, segundo Dal Bosco (2015, p.34), “os registros das expressões das crianças devem ser feitos todos os dias, por meio de anotações, fotografias, gravações, entre outros”.

O artigo de conclusão do curso de pós-graduação em Gestão Escolar, da autora Gilvana Federle Comarella, intitulado: “Desafio do gestor escolar na avaliação na educação infantil”, apresenta, como objetivo, compreender as orientações presentes em documentos legais nacionais sobre a avaliação na Educação Infantil e problematizar desafios do gestor escolar no acompanhamento desse processo.

Por meio das análises dos documentos, como a LDBEN (1996), o RCNEI (1998) e a BNCC (2017), a autora afirma que eles não apresentam o papel do gestor no processo avaliativo e não dizem como proceder nas práticas avaliativas. Ademais, Comarella (2018, p. 9) assinala que é necessário “incorporar uma cultura de avaliação que torne possível fazer melhor uso dos resultados do aparato de avaliação”. Também a autora, em seu trabalho, afirma que a gestão precisa assumir um papel de observar, analisar e diferenciar as necessidades e trabalhar com a avaliação de forma que venha construir e agregar saberes para as crianças.

A autora afirma que, na LDBEN (1996), na etapa da Educação Infantil, ficam muitas lacunas acerca do processo avaliativo, como o processo de acompanhamento e registro da avaliação. A lei exige, mas não apresenta possibilidades sobre como deve ser realizada a avaliação e não menciona como avaliação deve ser escrita e o que deve estar pautado nela.

A autora observa que a BNCC (2017) apresenta aspectos que caracterizam o processo avaliativo, o acompanhamento e os registros.

A dissertação de Mestrado do programa de pós-graduação Profissional em Educação, da autora Vânia Oliveira Dal Bosco, com o tema “Avaliação na educação infantil: estudo de caso em escolas públicas erexinenses” (2018), problematiza os pareceres descritivos, as planilhas de aprendizagens por conteúdos e as coletâneas de produções escola, como processo avaliativo na Educação Infantil. Também discute se os instrumentos de avaliação têm sido eficazes ou estão perdendo espaços para as avaliações que utilizam a documentação pedagógica e a produção de portfólios como uma possibilidade de melhor acompanhamento do desenvolvimento da criança nessa etapa.

A autora Dal Bosco (2018) ainda fez estudos teóricos com autores que estudam a temática como: Hoffmann, Guimarães e Oliveira e Luckesi. Procedeu à metodologia com a aplicação de questionários individuais para professoras e gestoras da Educação Infantil da rede pública do município de Erechim, buscando investigar quais são os instrumentos

utilizados na avaliação. Essa dissertação também é embasada nos documentos do MEC, Referenciais Curriculares Nacionais de Educação Infantil, Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular.

A autora Dal Bosco (2018, p. 15), no início de sua pesquisa, afirma que: “o acompanhamento constante do educador torna-se essencial para que este possa fazer intervenções de maneira adequada, conforme a necessidade que se apresentar”. A autora acredita que os registros, as observações, os vídeos e fotografias podem apoiar o trabalho com a avaliação, pois identifica as dificuldades das crianças, bem como documenta a sua trajetória na Educação Infantil. Esses registros também apoiam o professor na sua reflexão e planejamento.

Dal Bosco (2018) caracteriza a avaliação na Educação Infantil como um processo dinâmico de crítica e reflexão sobre o trabalho pedagógico, considerando a diversidade e as especificidades dessa etapa e deixando claro aos responsáveis como a criança constrói a sua aprendizagem. A autora afirma que o professor precisa estar preparado para ser mediador do conhecimento e saber fazer uso reflexivo de seus registros. Dentre os resultados, aponta que as professoras já estão realizando esses processos de avaliação, divulgando as experiências e vivências realizadas nas escolas de Educação Infantil do município de Erechim-RS e que acompanham as DCNEIS, por meio das observações e registros, que são os principais critérios para avaliar na Educação Infantil. As concepções de avaliação entendidas nesses trabalhos estão atreladas aos processos educativos vivenciados na escola e apresentam documentos legais que mencionam sua importância. O processo reflexivo sobre o que e como avaliar ainda é um desafio para professores e gestores escolares que atuam na Educação Infantil. É preciso, primeiramente, estabelecer concepções sobre quem é a criança e qual a função da Educação Infantil no processo de escolarização de crianças de zero a cinco anos e 11 meses.

O desafio maior é resistir às pressões de um sistema que vê a pré-escola como preparatória para o ensino fundamental, de modo que a avaliação seja reduzida ao saber ler, escrever e identificar números, reduzindo a Educação Infantil a essa concepção. Ou ainda reduzir a avaliação das crianças atendidas na creche em processos comportamentais das crianças em pleno desenvolvimento, em que estão se descobrindo como sujeitos, construindo suas identidades, inseridos em um contexto próprio de cultura infantil.

Os trabalhos científicos apresentam elementos significativos para a reflexão sobre a avaliação na Educação Infantil e, apesar de serem em número reduzido ainda, tais discussões são potentes e precisam ser olhadas por professores e gestores que atuam nessa etapa,

considerando os desafios de cada contexto. A formação continuada para os professores sobre a avaliação ainda é desafio que se apresenta no cotidiano e a pesquisa de Dal Bosco (2018) já sinaliza isso em seu desenvolvimento.

#### **4.2 A documentação pedagógica como proposta de avaliação na Educação Infantil**

A documentação pedagógica na Educação Infantil torna-se imprescindível, pois é fundamental registrar os processos. Os registros são o suporte para que os professores consigam realizar reflexões sobre o aprendizado das crianças. A documentação pedagógica faz com que esses processos de aprendizagem sejam compreendidos e conhecidos, auxiliando professores, pais e as escolas a qualificar o ensino.

A documentação pedagógica de acordo com Moreira (2014):

A documentação pedagógica é um processo que torna o trabalho pedagógico visível e passível de interpretação, diálogo, confronto e compreensão. Dessa forma, no processo de documentar evidencia-se o encontro com o outro, as possibilidades de escutar mais e falar menos. Observar mais. Dar ênfase para o diálogo e para a reflexão. Tornar visíveis as experiências das crianças nas instituições de educação infantil, dando margem para que ela seja voz, que ela tenha vez, que ela seja a protagonista do processo (MOREIRA, 2014, p.4).

Nessa perspectiva, a prática da documentação pedagógica torna-se um instrumento de reflexão que norteia as ações e os procedimentos pedagógicos nas escolas de Educação Infantil. De acordo com Moreira (2014), na Educação Infantil, a observação e os registros são duas práticas fundamentais, pois é por meio delas que os professores poderão acompanhar, interpretar e analisar as das crianças, no andamento das aprendizagens, das conquistas, dos processos de descobertas, percebendo as suas realizações e atribuindo-lhes sentido e significado

Na documentação pedagógica, após as observações e registro das atividades, torna-se necessário um olhar para os acontecimentos com a finalidade de analisar. Essa análise não é para constatar o que foi realizado, mas para compreender e avaliar se ainda existem novas possibilidades de reformulá-la para que se efetive um melhor aprendizado. Observar os registros com a intencionalidade e atenção reflexiva, ou seja, olhar o realizado para poder pensar em ações e intervenções futuras nas perspectivas de mudanças na educação. Desse modo, após a observação e registro, é necessário pensar sobre a reflexão.

Segundo Libâneo (2004):

[...] a necessidade da reflexão sobre a prática a partir da apropriação de teorias como marco para as melhorias das práticas de ensino, em que o professor é ajudado a



compreender o seu próprio pensamento, a refletir de modo crítico sobre sua prática e, também, a aprimorar seu modo de agir, seu saber-fazer, à medida que internaliza novos instrumentos de ação (LIBÂNEO, 2004, p. 137).

Portanto, a documentação pedagógica é ensinar, aprender e refletir sobre as aprendizagens propostas, como elas são apresentadas e trabalhadas. Com os registros, os professores poderão realizar um processo de reflexão, tornando o planejamento flexível, dando melhor significado à documentação pedagógica.

Neste sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009, p.29) indicam que:

As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo: A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano; Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.); A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola transição pré-escola/Ensino Fundamental); Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil; A não retenção das crianças na Educação Infantil.

A intencionalidade do processo da documentação pedagógica pressupõe o acompanhamento da aprendizagem, do desenvolvimento das crianças e, conseqüentemente, o processo de avaliação na Educação Infantil. Neste sentido, torna-se relevante destacar o que as pesquisas analisadas discutem sobre a documentação pedagógica e suas potencialidades para a avaliação na Educação Infantil.

De acordo com a autora Dal Bosco, em seu TCC, com o título “Avaliação na educação infantil: a invenção da criança nos pareceres da educação infantil” (2015), a documentação pedagógica é um registro da trajetória da criança na Educação Infantil e não uma avaliação que mede resultados vistos e analisados isoladamente. Espera-se de uma documentação pedagógica com o foco avaliativo que registre a construção do conhecimento, vista de forma a identificar e refletir sobre os avanços. A autora também apresenta que a documentação pedagógica precisa identificar e tornar claros e completos para os pais e para a escola os avanços identificados no desenvolvimento da criança. Além disso, a documentação pedagógica pode ser realizada de diversas formas, utilizando-se muitos recursos como: fotografias, vídeos, gravações e anotações. Com base e aporte nesses registros, o professor

tem subsídios que lhe possibilitam refletir e intervir sobre situações com registros contínuos, levando em conta as múltiplas linguagens.

Para a autora Comarella, no artigo intitulado “Desafio do gestor escolar na avaliação na educação infantil” (2018), a documentação pedagógica nos documentos normativos não traz detalhes como o professor deve proceder, na prática, ao processo avaliativo, apenas cita que é necessário o registro e deixa lacunas para que cada leitor possa ler e interpretar da forma que achar mais condizente. A autora ainda afirma que os documentos não trazem orientações sobre como os gestores devem trabalhar para sistematizar e acompanhar o processo avaliativo junto aos professores. A autora sugere que os gestores criem um documento norteador da escola que defina objetivos, conceitos, estratégias e organização da avaliação e que se torne referência para escola e seja de livre acesso à comunidade escolar, principalmente aos pais.

A dissertação de Mestrado da autora Vânia Oliveira Dal Bosco com o tema “Avaliação na educação infantil: estudo de caso em escolas públicas erechinenses” (2018), em relação à documentação pedagógica afirma que as contribuições das diretrizes para a avaliação na Educação Infantil indicam que a observação e o registro são os principais critérios para se avaliar a criança.

Dal Bosco (2018) assinala que:

com base na pesquisa empírica as professoras confirmam que apesar de terem tido acesso a textos e algumas discussões sobre Avaliação na Educação Infantil, o tema não é abordado com tanta amplitude, podendo ser esse um indício de possíveis dificuldades e lacunas que algumas docentes apresentam elaboração dos pareceres descritivos e também dos portfólios (DAL BOSCO, 2018, p.124).

Neste sentido, para a autora e por meio de suas análises, as professoras de Erechim realizam um trabalho bem amplo sobre documentação pedagógica na avaliação. Afirma ainda que as gestoras mostram-se atentas à formação de sua equipe e estão sempre buscando estudos e propondo debates complementando o trabalho da Secretaria Municipal de Educação do município de Erechim/RS.

Percebe-se, nas produções científicas apresentadas, o debate de uma reflexão importante frente à documentação pedagógica como subsídio para a avaliação na Educação Infantil. No entanto, esta precisa envolver o coletivo da escola e, mais uma vez, debater sobre o que avaliar e como avaliar nessa etapa. O registro, as anotações, as fotografias, os pareceres, os portfólios só serão instrumentos de avaliação se, neles, houver intencionalidade política e pedagógica. O registro sem reflexão e diálogo com as famílias e as crianças passa a ser

somente mais uma pilha de papéis sem sentido para a criança, para os pais, professores e escola.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao finalizar este artigo de Conclusão de Pós-Graduação, com o tema Estado do Conhecimento no repositório da UFFS: em foco a Avaliação na Educação Infantil, pode-se identificar que, apesar da relevância da avaliação na Educação Infantil, ainda há pouca publicação e interesse por esse tema. Ao conhecer e identificar as discussões e reflexões sobre a avaliação na Educação Infantil a partir das produções científicas publicadas no Repositório da UFFS de 2015 a 2021, foi possível compreender onde a avaliação na Educação Infantil vem estabelecendo diálogo e o quanto ainda precisa potencializar essa discussão no âmbito da formação de professores.

Após a realização dos estudos, entende-se que a avaliação na Educação Infantil é documentar os processos vividos de diferentes formas. Não há provas ou julgamentos, mas a proposição do uso de registros sistemáticos das observações realizadas cotidianamente. Portanto, os instrumentos de avaliação das aprendizagens e vivências na Educação Infantil constituem-se de observação, escuta e registros das crianças.

As produções acadêmicas também sinalizaram a importância de estudo dos documentos legais para a Educação Infantil e de que modo a avaliação é apresentada. Uma das pesquisas pontuou a falta de orientação nos documentos normativos aos gestores frente ao acompanhamento e sistematização do processo avaliativo junto aos professores. Apesar dos documentos apresentarem indícios sobre a avaliação na Educação Infantil, é preciso que as escolas promovam o estudo, o debate e a compreensão do que significa avaliar na Educação Infantil.

Os trabalhos analisados pelo Estado do Conhecimento trouxeram também a importância da documentação pedagógica como suporte para a avaliação de processos pedagógicos e de desenvolvimento infantil, apresentando a trajetória da criança no contexto da escola. Desse modo, não deve haver um instrumento de avaliação isolado, mas o resultado de muitas documentações feitas ao longo do ano, olhando para a criança como sujeito da construção de seus processos de identidade, descobertas e aprendizagens.

Conclui-se que esse tema é de fundamental importância e que as contribuições das produções científicas publicadas no repositório da UFFS foram essenciais para um maior conhecimento e aprofundamento sobre a temática. Ainda se destaca a grande importância

dos professores que atuam na Educação Infantil aprofundarem os estudos sobre documentação pedagógica, como auxílio no processo de reflexão da prática docente e contribuição para a melhoria da educação e das aprendizagens e vivências propostas com e para as crianças.

## REFERÊNCIAS

- ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
- \_\_\_\_\_. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do adolescente**. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)
- \_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)
- \_\_\_\_\_. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- \_\_\_\_\_. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. **Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: CNE/CEB, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>
- CARVALHO, Eronilda Maria Góis. **Educação infantil: percurso, dilemas e perspectivas**. Ilhéus: Editus, 2003.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos e pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito e desafio** - Porto Alegre; Mediação, 2003.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e educação infantil: Um olhar sensível e reflexivo sobre a criança** -Porto Alegre;Mediação, 2012.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliar respeitar primeiro avaliar depois** - PortoAlegre; Mediação, 2013.
- KUHLMANN Jr., Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. A aprendizagem escolar e a formação de professores na perspectiva da psicologia histórico-cultural e da teoria da atividade. **Educar**. Curitiba, n. 24, 2004.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Juliana Corrêa. **Avaliação na educação infantil: a constituição da documentação pedagógica como prática avaliativa em turmas de berçário**. 2014. Disponível em: [http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq\\_pdf/1068-1.pdf](http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1068-1.pdf)

ROSEMBERG, Fúlvia. Do embate para o debate; educação e assistência no campo da educação infantil. In: MACHADO, M. L. A. (Org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 63-78.

\_\_\_\_\_. **Creches e pré-escolas no Brasil**. São Paulo: Cortez e Fundação Carlos Chagas, 1992.

ROSEMBERG, Fúlvia. Do embate para o debate; educação e assistência no campo da educação infantil. In: MACHADO, M.L.A. (Org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 63-78.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Creches e pré escolas no Brasil**. São Paulo: Cortez e Fundação Carlos Chagas, 1992